



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Comitê Gestor

Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

**PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO DE
RECURSOS – PAAR 2015**

Brasília, julho de 2015

COMITÊ GESTOR DO FUNDO CLIMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Francisco Gaetani
Carlos Augusto Klink

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Jailson Bittencourt de Andrade
Márcio Rojas da Cruz

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

José Guilherme da Rocha Cardoso
Guilherme Guimarães Martins

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Altino Ventura Filho
Jorge Paglioli Jobim

COMUNIDADE CIENTÍFICA

José Antonio Marengo
Paulo Eduardo Artaxo Netto

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Antônio Divino Moura
Renato de Oliveira Brito

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

André Rocha Ferretti
Silvio Rocha Sant'ana

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Marcos Antônio Pereira de Oliveira Silva
Ronan Luiz da Silva

FÓRUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Luiz Pinguelli Rosa
Neilton Fidelis da Silva

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Alexandre Comin
Beatriz Martins Carneiro

ENTIDADE EMPRESARIAL DO SETOR INDUSTRIAL

Paula Pinto Bennati
José Quadrelli Neto

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

José Carlos Zukowski
Eline Amorim Xavier

ENTIDADE EMPRESARIAL DO SETOR RURAL

Ranata Fernandes Viera Camargo
Beatriz Stuart Secaf

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Fernando Araldi
Juliana Koehler

TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADES RURAIS TRADICIONAIS

Antoninho Rovaris
Elizário Noé Boeira Toledo

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Aloísio Lopes Pereira de Melo
Ana Luiza Oliveira Champloni

TRABALHADORES DA ÁREA URBANA

Fátima Cristina Faria Palmieri
Vania Viana

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Everton Frask Lucero
Rafael da Soler

ESTADOS

Josilene Ticianelli Vannizini Ferrer
Alexandre Waltrick Rates

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MUNICÍPIOS

Johaness Eck
Ubergue Ribeiro Junior

EQUIPE TÉCNICA FUNDO CLIMA

Marcos Estevan Del Prette – Gerente

Delio Noel Carvalho – Gestor Público

Vinícius Proença – Técnico Administrativo

Heraldo Peres Junior – Analista Ambiental

Carmen Tavares Collares Moreira – Analista Ambiental

Roberto César Gonçalves – Agente Administrativo

Kleite Donato – Técnica em Secretariado

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. RECURSOS ORÇADOS

1.1. Previsão da Lei Orçamentária Anual 2015

1.2. Recursos Orçamentários disponíveis para 2015

2. CARTEIRA DE PROJETOS

2.1. Carteira de Projetos Não-Reembolsáveis

2.2. Carteira de Projetos Reembolsáveis

3. ÁREAS, TEMAS E REGIÕES PRIORITÁRIAS PARA 2015

3.1. Recursos Não-Reembolsáveis

3.1.1. Estratégias de Ação

3.1.2. Linhas de Ação Não-Reembolsáveis

3.2. Recursos Reembolsáveis

3.2.1. Estratégias de Ação

3.2.2. Linhas de Ação Reembolsáveis

4. APLICAÇÃO

4.1. Modalidades de Seleção

4.2. Formas de Execução

5. PAGAMENTO AO AGENTE FINANCEIRO

6. ANEXOS

ANEXO 1 - QUADRO RESUMO – PAAR 2015 Não Reembolsável

ANEXO 2 - QUADRO RESUMO – PAAR 2015 Reembolsável

APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Aplicação de Recursos – PAAR do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - Fundo Clima deve ser elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e apresentado ao Comitê Gestor do Fundo para aprovação, conforme o Decreto nº 7.343/2010 e a Lei nº 12.114/2009, instrumentos jurídicos que regulam a atuação do Fundo Clima.

O artigo 5º do Decreto estabelece que o PAAR deve conter: informações básicas sobre o andamento dos projetos em execução, o orçamento destinado e os recursos disponíveis para aplicação, as prioridades gerais e específicas para o ano, o detalhamento das modalidades de seleção, formas de aplicação e limites dos recursos alocados, bem como o limite de despesas para pagamento do agente financeiro.

Além disso, o inciso III, do art. 9º do Decreto acima mencionado prevê, dentre as competências do Comitê Gestor, estabelecer diretrizes, com frequência bienal, e prioridades para aplicação dos recursos, consoante o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº12.187/2009). As diretrizes propostas para o biênio 2015 – 2016 são as seguintes:

- Na área de mitigação, ações relacionadas ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nos planos setoriais, bem como nas ações que contribuam para a estruturação da Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC estabelecidas pelo Comitê Gestor do Fundo Clima.
- Na área de adaptação, ações relacionadas à estratégia nacional de adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos, com foco nas áreas mais vulneráveis.

Os itens contidos neste documento consolidam, assim, as diretrizes e as linhas de ação do Fundo Clima para o corrente ano de 2015, em concordância com as estratégias e diretrizes da PNMC.

1. RECURSOS ORÇADOS

1.1. Previsão da Lei Orçamentária Anual 2015

A Lei Orçamentária Anual 2015 nº 13.115, de 20 de abril de 2015, prevê o orçamento total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) para aplicação em projetos e financiamentos do Fundo Clima, ligado ao Programa 2050 – Mudanças Climáticas, do Plano Plurianual 2012 – 2015. Entretanto, há limitações conforme descritas no quadro a seguir:

Código-Especificação	Total	Custeio	Investimento
Unidade Orçamentária 4492 – FNMC/MMA	R\$40.000.000,00		
0999 – Reserva de Contingência	R\$17.586.881,00		
2000 – Administração da Unidade	R\$140.000,00	R\$140.000,00	
20G4 – Fomento a Projetos	R\$22.273.119,00	R\$13.473.119,00	R\$8.800.000,00
Fonte 196 - Doações	R\$10.000.000,00	R\$6.000.000,00	R\$4.000.000,00
Fonte 280 – Recursos Próprios Financeiros (Retorno de Aplicações do BNDES)	R\$12.413.119,00	R\$7.613.119,00	R\$4.800.000,00
Unidade Orçamentária 74916 – Recursos sob a Supervisão do Fundo Clima	R\$ 360.000.000,00		

Em relação aos recursos não reembolsáveis, sob a responsabilidade da Unidade Orçamentária 44902 – Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – Ministério do Meio Ambiente, a LOA prevê uma Reserva de Contingência no valor de R\$17.586,881,00 (dezesete milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e oitocentos e oitenta e hum reais), restando, assim, R\$22.413.119,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e treze mil e cento e dezenove reais) para aplicação em projetos.

O orçamento do Fundo Clima em recursos não-reembolsáveis para o ano de 2015 previu duas fontes de recursos, conforme descrito abaixo:

- i. Fonte 280 - Recursos Próprios Financeiros; e
- ii. Fonte 196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais.

Entretanto, cabe ressaltar que o orçamento de doações, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) é apenas uma estimativa, cuja efetivação depende de real aporte por parte de doadores interessados. Desta forma, resta um orçamento passível de execução no valor de de R\$ 12.413.119,00 (doze milhões, quatrocentos e treze mil e cento e dezenove reais) para aplicação em projetos.

Em relação aos recursos reembolsáveis, Operações Oficiais de Crédito sob a Supervisão do Ministério do Meio Ambiente, está prevista a transferência de R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais) para o BNDES, provenientes da Fonte 100 – Recursos Ordinários.

Destaque-se, assim, que a dotação proveniente dos Recursos Ordinários (fonte 100) está prevista para aplicações em recursos reembolsáveis (financiamento a projetos), ao passo que os recursos não-reembolsáveis, operados integralmente pelo MMA, possuem dotação consignada no orçamento federal como receita própria do Fundo Clima, proveniente dos juros de aplicações financeiras do BNDES.

1.2. Recursos Orçamentários Disponíveis para 2015

Após a aprovação da LOA, foram estabelecidos novos limites de gastos, por meio do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício 2015 e dá outras providências.

Assim, o Fundo Clima teve um contingenciamento da ordem de 60% sobre os recursos aprovados pela Lei Orçamentária, restando como dotação disponível o valor de R\$7.553.119,00 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e três mil e cento e dezenove reais), dos quais R\$5.793.001,49 (cinco milhões, setecentos e noventa e três mil, hum real e quarenta e nove centavos para despesas de custeio e R\$1.760.112,28 (hum milhão, setecentos e sessenta mil, cento e doze reais e vinte e oito centavos) para investimento.

Acrescente-se que o Fundo Clima detém um saldo financeiro relativo ao orçamento de 2014, no valor de R\$ 8.958148,80 (oito milhões, novecentos e cinquenta e oito mil e cento e quarenta e oito reais e oitenta centavos), uma vez que executou R\$11.041.851,00 (onze milhões, quarenta e hum mil e oitocentos e cinquenta e hum reais) dos R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) transferidos pelo BNDES (fonte 280).

2. CARTEIRA DE PROJETOS

Atualmente, estão em execução projetos financiados com recursos não reembolsáveis do orçamento de 2011 a 2014, bem como projetos reembolsáveis do orçamento de 2011 e 2012. Por outro lado, há projetos previamente selecionados, em ambas as modalidades, que aguardam em espera a disponibilização de recursos.

2.1. Carteira de Projetos Não-Reembolsáveis

O Fundo Clima já realizou 46 parcerias e apoiou 189 projetos com recursos não-reembolsáveis, investindo cerca de R\$ 96 milhões em implantação de infraestrutura de coleta e tratamento de informações climáticas, monitoramento de emissões, desenvolvimento de metodologias e procedimentos técnico-científicos, avaliação e prevenção de riscos e de impactos, projetos experimentais de recuperação e adaptação nas áreas vulneráveis dos ecossistemas costeiros e semiáridos, nas áreas desmatadas e de ocupação inadequada.

Quanto ao andamento geral, tomando-se por base o mês de julho de 2015, o Fundo apresenta cerca de 37% das parcerias concluídas (18 parcerias das 46 realizadas), dos quais a maior parte foi iniciada em 2011 e 2012. Observe-se que 50% das parcerias estão no cronograma, sobretudo aqueles que se iniciaram também em 2013 e 2014. Os atrasados referem-se aos anos de 2011, 2013 e 2014, cerca de 10,9% das parcerias apoiadas, principalmente em função de dificuldades administrativas ou de situação de calamidade pública.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA RESUMO DA SITUAÇÃO DAS PARCERIAS 2011 a 2014 JULHO 2015				
	NÃO INICIADOS	ATRASADOS	NO CRONOGRAMA	CONCLUÍDOS
2011	0,0%	13,0%	47,8%	39,1%
2012	0,0%	0,0%	40,0%	60,0%
2013	0,0%	14,3%	57,1%	28,6%
2014	0,0%	16,7%	66,7%	16,7%
TOTAL	0,0%	10,9%	50,0%	39,1%

Observe-se que o resumo sobre o conteúdo dos projetos apoiados encontra-se disponível na publicação do *Atlas de Projetos Não-Reembolsáveis do Fundo Clima* (MMA, 2014) e no sítio do MMA, no seguinte endereço:

<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/fundo-nacional-sobre-mudanca-do-clima/projetos>

Em 2014, foram aplicados R\$ 10.942.261,22 (dez milhões, novecentos e quarenta e dois mil, duzentos e sessenta e hum reais e vinte e dois centavos) em projetos não reembolsáveis, equivalendo a 99,61% da execução do limite orçamentário definido e 63,8% da LOA 2014. Portanto, o limite orçamentário estipulado para o Fundo foi executado em sua quase totalidade. O total da LOA não foi alcançado porque metas de contenção de despesas foram estabelecidas pelo Governo.

O Quadro a seguir resume os tipos de projetos que foram beneficiados com recursos não-reembolsáveis do orçamento 2014.

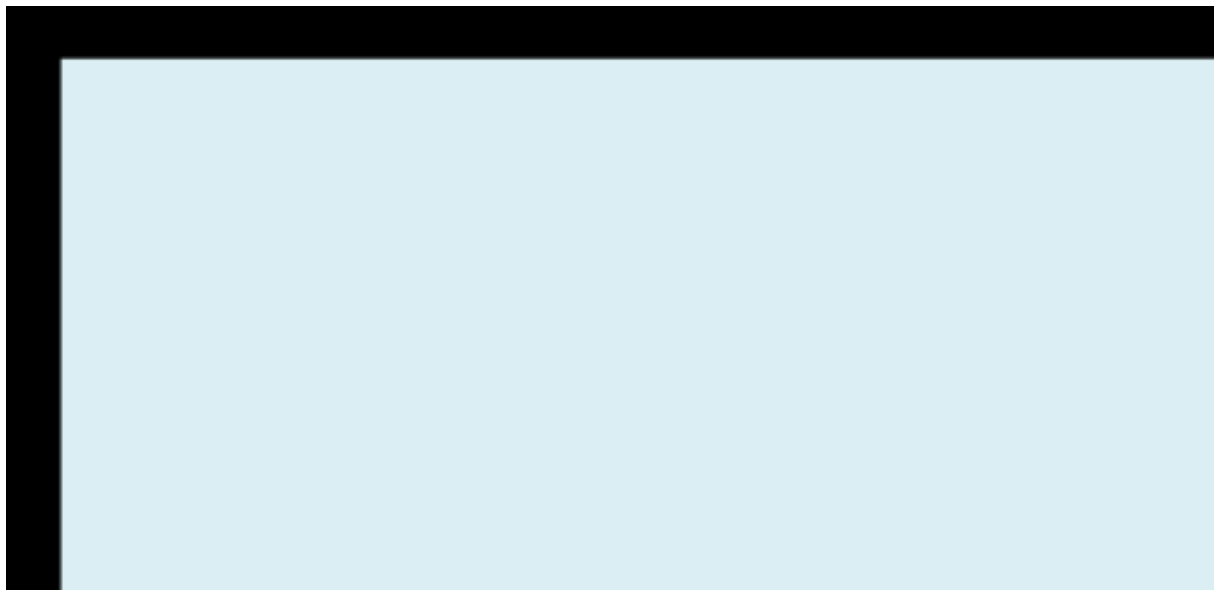
ÁREAS	TIPOS DE PROJETOS	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	ORÇAMENTO A REPASSAR 2014 ago 2014	VALOR EXECUTADO 2014	RECURSO PARA INVESTIMENTO
Área 1 Desenvolvimento e Difusão Tecnológica	Projetos e Estudos para aproveitamento energético do biogás (aterros sanitários, dejetos da pecuária) e da energia solar	ICMBIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		NPCFF	R\$ 498.270,96	R\$ 498.270,96	R\$ 193.354,50
Área 2 Práticas adaptativas para desenvolvimento sustentável do semi-árido	Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semi-árido	SFB	R\$ 687.936,70	R\$ 687.936,70	R\$ 0,00
Área 4 Adaptação da Sociedade e Ecossistemas	Serviços Ecosistêmicos: recuperação, proteção e restauração de nascentes e de ambientes naturais	Pick_up-Au	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00
		ISA	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00	R\$ 520.502,00
		UFPB	R\$ 180.810,00	R\$ 171.426,95	R\$ 175.500,00
	Impactos das mudanças climáticas globais sobre os recursos hídricos do bioma cerrado	Embrapa Cerrados	R\$ 282.000,00	R\$ 269.347,66	R\$ 120.000,00
	Construção de indicadores de vulnerabilidade da população como insumo para elaboração das ações do Plano Nacional de Adaptação	Fiocruz	R\$ 1.265.899,13	R\$ 1.245.356,22	R\$ 41.632,00
	Manejo florestal comunitário, pesquisa e desenvolvimento e difusão de tecnologias: chamadas públicas cerrado, amazonia e mata atlântica	SFB	R\$ 2.165.622,73	R\$ 2.165.622,73	R\$ 0,00
Área 5 Monitoramento e Avaliação	Sistema de Coleta de Informações oceanográficas: fortalecimento do Programa Nacional de Bóias (PNBOIA) por meio da aquisição de boias meteorológicas oceanográficas oceânicas	Marinha	R\$ 1.548.800,00	R\$ 1.548.800,00	R\$ 1.548.800,00
	Recuperação de Dados Meteorológicos Históricos e sua Conversão para Formato Digital	INMET	R\$ 3.255.500,00	R\$ 3.255.500,00	R\$ 800.000,00
			R\$ 10.984.839,52	R\$ 10.942.261,22	R\$ 3.399.788,50

2.2. Carteira de Projetos Reembolsáveis

Os projetos contratados com recursos reembolsáveis totalizam 5 (cinco) projetos, dos quais 2 (dois) foram contratados em 2014. Entretanto, o BNDES dispõe de uma carteira montada com os recursos provenientes das dotações orçamentárias de 2011 e 2012, as únicas disponibilizadas até o momento, no valor de R\$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais).

Os recursos reembolsáveis de 2013 e 2014, referentes aos segundo e terceiro termos aditivos ao contrato entre MMA e BNDES, assinados, respectivamente, em 10 de dezembro de 2013 e 06 de outubro de 2014, foram inscritos em restos a pagar, aguardando a liberação de recursos financeiros por parte da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Em recursos disponíveis, a carteira de projetos do BNDES, até 30 de junho de 2015, apresenta-se conforme o quadro a seguir:



Pode-se observar que, não obstante a contratação de projetos que correspondem a cerca de 20% dos recursos transferidos, a carteira está estruturada para executar os recursos disponíveis, uma vez que mais 37% do disponibilizado concentra-se em projetos aprovados e em análise - com aprovação prevista para os próximos 6 meses -, sem contar outros 36% da Reserva Solar, recursos destinados aos vencedores do leilão de energia solar de outubro de 2014.

Dentre os projetos contratados até 30 de junho de 2015, destacam os seguintes aspectos:

- Ecil Informática - apoio ao Plano de Inovação da empresa destinado à expansão de seu portfólio de produtos, com investimentos em pesquisa e desenvolvimento, infraestrutura e equipamentos nacionais para redes inteligentes (*smart grid*). O valor total do investimento é R\$ 12,7 milhões, dos quais R\$ 10,0 milhões originados do Fundo Clima.
- CAS Tecnologia apoio ao Plano de Inovação da empresa destinado à expansão de seu portfólio de produtos, com investimentos em pesquisa e desenvolvimento, infraestrutura e

equipamentos nacionais para redes inteligentes (*smart grid*). O projeto prevê investimento de R\$ 9,5 milhões, dos quais R\$ 8,6 milhões do Fundo Clima.

- Pure Energy - implantação de uma fábrica de painéis fotovoltaicos em Marechal Deodoro/AL e ao desenvolvimento e adaptação de novos componentes dos painéis. O valor total do investimento é de R\$ 31 milhões, dos quais R\$ 16,7 milhões do Fundo Clima.
- SuperVia – empresa que opera no município do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, tem apoio do Fundo Clima de R\$ 66 milhões. Os recursos serão utilizados para financiar a automatização dos controles dos trens, o que, além de aumentar a segurança operacional, aumentará a eficiência deste modal de transporte.
- V&M Florestal - aumento da eficiência dos fornos de carvão vegetal. Para acessar os recursos do Fundo Clima a empresa precisou comprovar que toda a madeira utilizada nos fornos tem origem em florestas plantadas, garantindo a sustentabilidade e o caráter renovável do carvão vegetal produzido por ela. Valor do apoio do Fundo Clima de R\$ 7,6 milhões.
- Termoverde Caieras – geração de energia a partir do biogás do aterro de Caieras-SP com capacidade instalada de 29,5 MW. Os recursos serão utilizados para a implantação da termoelétrica.
- Biotérmica Energia - geração de energia a partir do biogás do aterro de Minas do Leão-RS com capacidade instalada de 8,55 MW. Os recursos serão utilizados para a implantação da termoelétrica.

3. ÁREAS, TEMAS E REGIÕES PRIORITÁRIAS PARA 2015

O PAAR 2015 está dividido em Áreas, que se dividem em Temas e Linhas de Projetos. Embora a maioria das Linhas tenha abrangência nacional, há temas ou linhas de projetos com abrangência territorial específica em razão de suas particularidades, como no caso do semiárido e da costa brasileira.

3.1. Recursos Não-Reembolsáveis

3.1.1. Estratégias de Execução

Desde o seu início, o Fundo Clima tem como estratégia de execução de projetos atender às diretrizes da PNMC e as linhas de ação aprovadas pelo Comitê Gestor de maneira integrada e concentrada. Desta forma, procura compartilhar objetivos e metas em ação articulada com as unidades internas do MMA e com parceiros externos responsáveis por atividades afins à PNMC. Em contrapartida ao fomento das prioridades estabelecidas, tais parceiros proporcionam meios conceituais, técnicos e operacionais ao desenvolvimento das ações do Fundo Clima, como nos casos de coordenação de estratégias, cooperação técnica e acompanhamento dos projetos.

Esta estratégia de ação é compatível com o nível de estruturação do Fundo Clima, tanto em um primeiro momento, quando havia perspectivas de aumento dos recursos orçamentários, quanto nos anos recentes, com a crise fiscal, em ambos os casos com equipe insuficiente para enfrentar os desafios postos. Por isso, em seu primeiro biênio, o Fundo Clima passou de 23 projetos apoiados para quase 80, chegando, atualmente, a 193 projetos apoiados e articulados, o que não poderia ser realizado sem parcerias.

Tais parcerias também compartilharam as suas respectivas estratégias com os objetivos e diretrizes da PNMC, com maior ou menor grau de estruturação, porém concentrando esforços. Desta forma, os projetos apoiados pelo Fundo Clima, mais que um conjunto de atividades e objetivos envelopados em um processo administrativo formal, correspondente a um projeto isolado que captou eventuais recursos disponíveis no Governo Federal, contribuem para uma estratégia maior vinculada às Áreas de Concentração e linhas de ação do Fundo e articulada aos respectivos parceiros internos ou externos.

Há, assim, as seguintes estratégias estruturadas pelo Fundo Clima:

a) gestão florestal para o semiárido, que envolve manejo florestal, combate à desertificação, articulação de setores consumidores de lenha (ceramistas e gesseiros), recuperação e conservação de ativos naturais. Daí o envolvimento do SFB, do Departamento de Combate à Desertificação - DCD da SEDR, do Departamento de Conservação da Biodiversidade - DCBio da SBF, de Governos Estaduais, de Entidades da Sociedade Civil e do Banco do Nordeste.

b) gestão costeira e marítima, que articula o desenvolvimento de metodologias de vulnerabilidade costeira, de produção e sistematização de informações sobre dinâmica costeira, de monitoramento costeiro, envolvendo o Departamento de Zoneamento Territorial – DZT do MMA, a Comissão Interministerial de Recursos do Mar – CIRM, a cooperação técnica, por meio da Universidade de Cantábria e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, as universidades federais executoras de projetos e os governos estaduais.

c) apoio à estruturação da PNMC, com a construção de laboratórios, bases de informações, metodologias, monitoramento de emissões, apoio à elaboração de Planos Setoriais, elaboração do Plano Nacional de Adaptação, envolvendo o Departamento de Adaptação, o Departamento de Mudança do Clima e o Departamento de Proteção e Combate ao Desmatamento, do MMA, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação – MDIC, O Ministério da Saúde, a Embrapa, a Fiocruz, a FGV, o ICMBio.

d) planejamento, estudos e intervenções físicas para conservação da cobertura vegetal voltada à prestação de serviços ecossistêmicos, envolvendo Serviço Florestal Brasileiro, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Fundo Nacional do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas e governos estaduais,

e) planejamento, sistematização e experiências sobre fontes de energia sustentável que contribuam com menor emissão de gases de efeito estufa .

3.1.2. Linhas de Ação Não-Reembolsáveis

As linhas de ação desenvolvidas pelo Fundo Clima tem por objetivo exprimir operacionalmente as estratégias estruturantes, proporcionando meios de integração e comunicação entre os projetos apoiados.

Em relação aos Recursos Não Reembolsáveis, o PAAR 2015 apresenta linhas de ação organizadas por áreas, temas e tipos de projetos, conforme especificado a seguir:

Área 1 – Desenvolvimento e Difusão Tecnológica

A proposta desta Linha de Ação é apoiar projetos inovadores em experimentos técnicos ou com tecnologias sociais capazes de melhorar as condições de vida de populações vulneráveis. Assim, a inovação ou difusão de técnicas ou tecnologias devem agregar ganho na perspectiva social e ambiental para mitigação ou adaptação aos efeitos da mudança do clima. Considera-se que alguns segmentos populacionais vulneráveis são, por diversas circunstâncias, induzidos a condutas que impactam o meio ambiente. Os recursos disponibilizados visam, portanto, a reorientar tais condutas e, concomitantemente, elevar o padrão de vida destas comunidades, oferecendo a possibilidade de mitigação ou adaptação aos efeitos da mudança do clima.

O PAAR 2015 propõe, para a Área 1, um tema com dois tipos de projetos. Entretanto, os recursos disponíveis permitem, apenas, cobrir a segunda parcela dos projetos apoiados do tipo 1. Assim, os tipos de projeto 2, embora aprovados, deverão aguardar disponibilidades de recursos ou serem inseridos no orçamento de 2016.

- Tema: Incentivo à eficiência energética e ao desenvolvimento e aplicação de fontes de energia de menor contribuição para produção de gases do efeito estufa direta ou indiretamente.

Tipos de projeto 1: *Projetos e Estudos para Aproveitamento energético do biogás (aterros sanitários, dejetos da pecuária) e da energia solar*: Projetos selecionados pelo edital nº 01/2014, de livre concorrência, para biogás e energia solar, já contratados e em execução, aos quais são devidas segundas parcelas conforme o cronograma de desembolso.

Tipos de projeto 2: *Promoção da Eficiência Energética e uso sustentável da biomassa pela indústria de cerâmica e gesso no nordeste*: o projeto foi selecionado em 2014, por meio do Edital 03/2014, em que a proposta selecionada, única apresentada, não se efetivou por desistência do proponente. Caso haja aumento de limite orçamentário no corrente ano, poderá ser selecionada uma nova proposta para a linha.

Área 2 – Práticas Adaptativas para Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

A Área visa apoiar projetos com ênfase no aproveitamento múltiplo dos produtos florestais e capazes de identificar e aproveitar o potencial do bioma Caatinga para outras fontes de renda. Também foca o manejo florestal e a prática de restauração ecossistêmica a partir da constatação de que o bioma - único no mundo - tem-se degradado, sobretudo no que se refere ao solo.

O PAAR 2015 propõe uma linha de ação para Área 2, com 1 tema de tipos de projeto 3, a saber:

- Tema: Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semiárido.

Tipos de projeto 3: *recursos para cobertura das Chamadas Públicas 01, 02, 03, 04, 08 e 09*: realizada em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro por meio da contratação de serviços por pregão eletrônico, integra a 4ª parcela de contratação contidas nas Chamadas supramencionadas.

Área 3 – Educação, Capacitação, Treinamento e Mobilização

A Área é voltada para a formação e disseminação de conhecimento em mudança do clima e está em processo de reestruturação.

Área 4 – Adaptação da Sociedade e Ecossistemas

A Área tem o foco nos impactos que as mudanças climáticas causam nos biomas brasileiros e nas populações mais vulneráveis aos efeitos das mudanças do clima. O objetivo é auxiliar comunidades vulneráveis a conviver e se adaptar a eventos extremos, bem como manter serviços ambientais que amenizem tais impactos.

O PAAR 2015 propões para esta área 5 os temas e tipos de projetos a seguir:

- Conservação e restauração de áreas naturais para manutenção e restabelecimento de serviços ecossistêmicos.

Tipos de projeto 5: *Serviços Ecossistêmicos: recuperação, proteção e restauração de nascentes e de ambientes naturais*: Projetos selecionados pelo edital nº 02/2014, de livre

concorrência, já contratados e em execução, aos quais são devidas segundas parcelas conforme o cronograma de desembolso.

- Mapeamento de vulnerabilidades à perda de recursos naturais:

Tipos de projeto 6: *Impactos das Mudanças Climáticas globais sobre os recursos hídricos do bioma Cerrado*: previsão de recursos para projeto em andamento da Embrapa Cerrados, conforme cronograma de desembolso.

- Componente Adaptação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

Tipos de projeto 7: Construção de Indicadores de Vulnerabilidade da População como Insumo para elaboração das Ações de Adaptação à Mudança do Clima no Brasil: previsão de recursos para projeto em andamento da Fiocruz, conforme cronograma de desembolso.

- Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias nos biomas brasileiros.

Tipos de projeto 8: Chamadas Públicas para Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia: realizada em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro por meio da contratação de serviços por pregão eletrônico, integra a 3ª parcela de contratação contidas nas Chamadas supramencionadas.

Área 5 – Monitoramento e Avaliação

A Área destina-se à apoiar proposta de monitoramento de emissões de GEE, bem como avaliar os avanços e dificuldades da Política Nacional sobre Mudança do Clima, seus respectivos instrumentos e bases de informação. Incluem-se, nesta Área, os diversos monitoramentos setoriais, bem como aquelas emissões dos diversos entes federados, além de estruturação para coleta e disponibilização de bases de informação.

O PAAR 2015 propõe os seguintes temas e tipos de projetos:

- Estruturação de coleta e bases de informações:

Tipos de projeto 10: *Projetos Estratégicos para Recuperação de Dados Meteorológicos Históricos e Medições de Gases de Efeito Estufa*: previsão de descentralização de recur-

para projeto em andamento do Instituto Nacional de Meteorologia, referente a 3ª parcela conforme cronograma de desembolso.

- Sistemas de monitoramento de emissões estaduais e municipais.

Tipos de Projeto 10: *Monitoramento de Emissões em Capitais Brasileira*: proposta aprovada, porém dependendo de detalhamento de projeto, bem como de aumento de limite para disponibilidade de recursos.

3.2. Recursos Reembolsáveis

3.2.1. Estratégias de Execução Reembolsáveis

Em setembro de 2013, com a nova Resolução do Banco Central nº4.267/2013, as condições financeiras do Fundo Clima tornaram-se mais competitivas em relação às demais linhas de financiamento do BNDES. Até então, a política econômica anti-cíclica do Governo Federal, com a redução significativa de juros e condições, proporcionou acesso a ampla variedade de produtos financeiros, o que tornava o Fundo Clima um produto a mais a ser ofertado ao mercado.

Ao longo de 2014, com a redução de juros e prazos e com a instituição do Programa Inova Sustentabilidade, a carteira do Fundo Clima cresceu substancialmente, superando o valor transferido ao BNDES. As dotações de 2011 e 2012, no valor total de R\$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais), formam, assim, os recursos disponíveis para financiamento a projetos.

Por outro lado, o Programa Fundo Clima, no BNDES, está disseminado na estrutura interna do Banco e, atende às diversas áreas em um processo de complementação aos demais financiamentos de projetos afins. O primeiro passo na análise de projetos é dado por meio da apresentação de carta consulta, em que o beneficiário faz a requisição, elabora um projeto sintético a ser enviado pela área de planejamento para um Comitê de Enquadramento e Crédito. Nesse momento, o Comitê aloca os vários fundos e programas de acordo com as características do projeto. É por isso que os recursos disponíveis para o Programa Fundo Clima já encontram-se alocados na sua totalidade, formando a carteira de projetos.

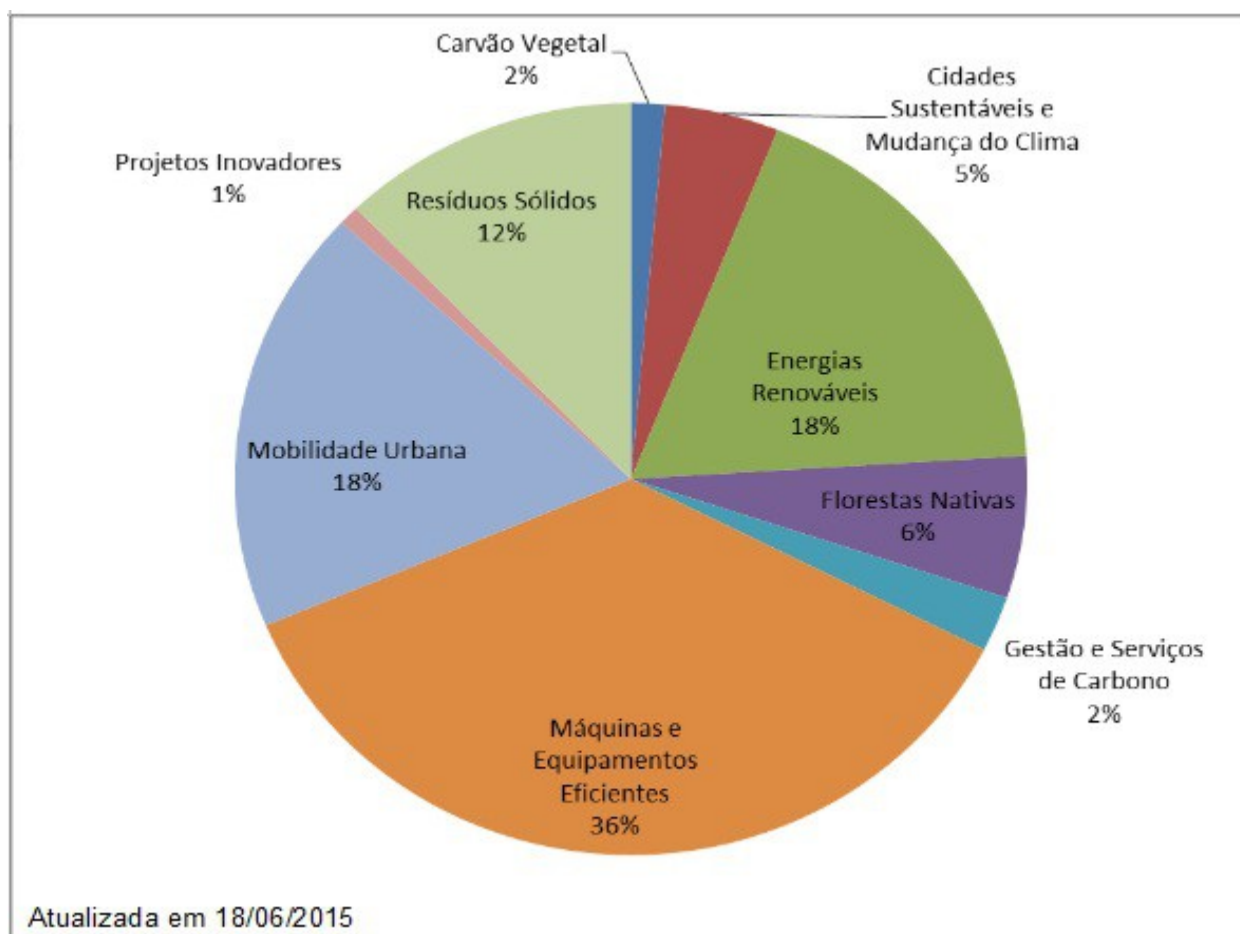
Passado pelo Comitê Crédito, a proposta segue para a área operacional, que analisa mais detalhadamente e realiza uma avaliação técnica, financeira e jurídica, com insumos da área de crédito e outras áreas, produzindo um relatório de análise a ser enviado à Diretoria, sendo deliberado no Co-

legiado. Nesse momento, quando a operação é aprovada, o recurso está assegurado e vinculado ao projeto. A partir daí, segue para contratação e o desembolso.

Contratualmente, a partir da aprovação, os recursos estão comprometidos com o projeto e somente poderão ser solicitados de volta pelo MMA após a amortização. Já, o desembolso ocorre mediante a comprovação da evolução física e financeira do projeto, em geral ao longo de dois anos.

O BNDES tem realizado uma distribuição dos recursos do Programa Fundo Clima para, de um lado, alavancar os demais recursos do banco e, de outro, para atender equitativamente os diversos subprogramas do próprio Fundo. Por isso, são usadas parcelas que variam entre 15 ou 20% do total orçado pelos projetos e, em casos de extremo mérito, entre 80 ou 90%, limites máximos de um financiamento. Até o presente momento, apenas o subprograma de Combate à Desertificação não acessou financiamento, embora tenha uma vertente de floresta, abarcada em outro subprograma.

O Quadro a seguir mostra a distribuição do orçamento dos projetos enquadrados por Subprograma



3.2.2. Linhas de Ação Reembolsáveis

As áreas a seguir correspondem à aplicação dos recursos reembolsáveis, ressaltando que projetos inovadores dentro das diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor conforme os itens seguintes também podem ser financiados.

Área 1 – Infraestrutura

Possui dois temas:

- *Investimentos em modais de transporte e melhoria da mobilidade urbana*, cujo objetivo é apoiar projetos que contribuam para a redução da emissão de gases do efeito estufa e de poluentes locais no transporte coletivo urbano de passageiros e para a melhoria da mobilidade urbana. Sua abrangência territorial são as regiões metropolitanas.
- *Resíduos Sólidos*: sistemas de coleta seletiva ou diferenciada de resíduos sólidos, sistemas de triagem de resíduos sólidos, automatizados ou semi-automatizados, tratamento de resíduos orgânicos, à exceção daqueles com geração de energia e remediação de áreas previamente utilizadas para disposição inadequada de resíduos sólidos, inclusive para o aproveitamento econômico dos resíduos depositados.

Área 2 – Energias Renováveis

Possui três temas.

- *Desenvolvimento tecnológico* de energia solar, eólica, hidráulica, biomassa e dos oceanos, e da cadeia produtiva para a difusão do uso de energia solar e dos oceanos. Sua abrangência territorial é nacional;
- Projetos de *geração de energia elétrica ou conversão energética* a partir do uso de biomassa, incluindo a produção e utilização de biogás para fins energéticos, excetuando-se a incineração de resíduos sólidos urbanos e a cogeração a partir do bagaço de cana-de-açúcar. Sua abrangência territorial é nacional;
- Projetos de *geração de energia elétrica a partir da energia eólica ou hidráulica*, esta até 1 MW, ambas apenas em sistemas isolados, ou a partir da energia solar e dos oceanos. Sua abrangência territorial é nacional.

Área 3 – Indústria

Possui dois temas:

- *Investimentos em fornos mais eficientes para a produção de carvão vegetal*, que tem por objetivo apoiar investimentos voltados para a melhoria da eficiência e sustentabilidade da produção de carvão vegetal. Possui abrangência territorial nacional;
- *Investimentos em máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética*, que tem por objetivo financiar a aquisição e a produção de máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética. Sua abrangência territorial é nacional.
-

Área 4 – Combate à Desertificação

Possui um tema:

- *Investimentos públicos e privados em combate à desertificação* e tem por objetivo apoiar o combate à desertificação por meio de projetos de restauração e de atividades produtivas sustentáveis. Sua abrangência territorial consiste nas Áreas Susceptíveis à Desertificação inseridas periodicamente em Atlas próprio produzido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Esta linha contempla:

- i) restauração de biomas (implantação, expansão e modernização de viveiros de mudas florestais, revegetação de áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal, unidades de conservação, reservas particulares do patrimônio natural, assentamentos e terras indígenas);
- ii) atividades produtivas (frutos, fibras e madeiras nativas).

Área 5 – Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima

Possui um tema:

- Apoio a projetos que aumentem a sustentabilidade das cidades, melhorando sua eficiência global e reduzindo o consumo de energia e de recursos naturais. Apresenta abrangência nacional e apoia projetos de investimento em:
 - i) tratamento ou reciclagem de resíduos da construção civil;
 - ii) implantação de logística e manufatura reversa;
 - iii) eficiência energética em prédios públicos ou em iluminação pública e implantação da cadeia de lâmpadas de LED/OLED;

iv) implantação de centros de inteligência de informações que contemplem diferentes sistemas integrados e que permitam a tomada de decisões e realização de ações;

v) cadeia produtiva de equipamentos e sistema para Smart Grid.

Área 6 – Florestas Nativas

A Área tem como tema:

- Apoio a projetos associados ao manejo florestal sustentável, ao plantio florestal com espécies nativas e à recomposição de cobertura vegetal com espécies nativas, incluindo à cadeia de produção, ao beneficiamento e ao consumo de produtos florestais de origem sustentável, bem como ao desenvolvimento tecnológico destas atividades. São empreendimentos apoiáveis:

i) manejo florestal sustentável, incluindo a elaboração do plano de manejo, de forma isolada ou associada ao projeto de exploração florestal, e os investimentos para rastreabilidade ou certificação;

ii) plantio florestal com espécies nativas para fins de produção madeireira e não madeireira, incluindo os investimentos para rastreabilidade ou certificação;

iii) recomposição da cobertura vegetal com espécies nativas, incluindo Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal;

iv) apoio à cadeia produtiva de produtos madeireiros e não madeireiros de espécies nativas, incluindo as etapas anteriores e posteriores à produção florestal;

v) desenvolvimento tecnológico em atividades associadas à cadeia produtiva, à produção e à utilização de produtos madeireiros e não madeireiros de espécies nativas;

vi) apoio à aquisição de madeira ou produtos madeireiros de origem nativa com rastreabilidade ou certificação florestal, dentro de projetos de investimento.

A abrangência é nacional e a modalidade de seleção é apresentação de projetos ao BNDES.

Área 7 – Gestão e Serviços de Carbono

O tema da Área é:

- Apoio a projetos que melhorem a gestão de emissões de carbono ou que efetivamente reduzam as emissões de gases do efeito estufa. Possui abrangência nacional e a seleção é feita por meio de apresentação de projetos ao BNDES. São apoiáveis projetos de:

- i) investimento em elaboração de inventários de emissões de gases do efeito estufa;
- ii) projetos para medição de emissões de gases do efeito estufa e melhorias no fator de emissão corporativo, incluindo capacitação para coleta de dados;
- iii) investimentos associados a processo de acreditação de empresas junto ao Inmetro para verificação de inventários;
- iv) projetos que efetivamente reduzam as emissões de gases do efeito estufa nos setores prioritários do Plano Setorial para Redução das Emissões da Indústria (Plano Indústria).

4. APLICAÇÃO

4.1. Modalidades de Seleção

As modalidades de seleção de projetos do Fundo Clima são de três tipos:

- a) aplicação **Dirigida** a projetos estruturantes da Política Nacional sobre Mudança do Clima, destinada a instituições com atribuições de desenvolver ações específicas que contribuam para a mitigação das emissões e adaptação aos efeitos das mudanças do clima;
- b) aplicação em projetos de **Livre Concorrência**, por meio de editais previamente divulgados e com avaliação objetiva.
- c) **apresentação de projetos** diretamente ao agente financeiro.

Todas as modalidades de seleção são para ampla divulgação e conhecimento geral. As modalidades *Dirigida* e *Livre Concorrência* são para aplicação de recursos não reembolsáveis, realizada diretamente pelo MMA, e aprovadas pelo Comitê Gestor do Fundo.

A modalidade *Apresentação de Projetos* é para aplicação de recurso reembolsável, com projetos apresentados diretamente ao agente financeiro para análise e avaliação, porém obedecendo às linhas de ação previamente definidas pelo Comitê Gestor do Fundo. Esta modalidade pode ser efetiva mediante a apresentação espontânea de projetos aos agentes financeiros ou como resultado de chamadas públicas de projetos por eles desenvolvidas.

4.2. Formas de Execução

A execução dos recursos pode ser feita por diferentes instrumentos. Deve-se escolher o mais adequado para cada projeto, levando-se em consideração o perfil do proponente. Na tabela abaixo, estão listados possíveis instrumentos de transferência dos recursos não-reembolsáveis para o ano de 2015.

Tipo de Execução	Instrumento	Natureza da Entidade
Descentralização de crédito	Termo de Execução Descentralizada	Órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta
Transferência Voluntária: Chamada Pública	Termo de Convênio	Órgãos ou Entidades da Administração Pública Estadual, Distrito Federal e Municipal. Entidades Privadas sem fins lucrativos
Contratação: Licitação, Dispensa de Licitação ou Inexigibilidades. Artigos 17, 24 e 25 da Lei 8.666/93	Contrato Administrativo	Entidades Privadas sem fins lucrativos. Empresas Privadas em geral.
Transferência Voluntária: Chamada Pública	Termo de Parceria	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
Contratação: Licitação, Dispensa de Licitação ou Inexigibilidade	Contrato de Repasse	Instituição ou Agente Financeiro Público Federal
Transferência a Organismo Internacional	Acordo de Cooperação Internacional	Agência de Cooperação Técnica

Os recursos reembolsáveis são executados por meio de contrato de financiamento junto ao agente financeiro do Fundo, o BNDES.

5. PAGAMENTO AO AGENTE FINANCEIRO

As despesas para atender ao pagamento aos agentes financeiros de diversos fundos estão alocadas no órgão 71000 – Encargos Financeiros da União – EFU, na Unidade Orçamentária: 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, na Ação orçamentária 28.846.0911.00M4.0001 – Remuneração de Agentes Financeiros. A dotação orçamentária para atender ao pagamento do Agente Financeiro do Fundo Clima, o BNDES, está prevista no Plano Orçamentário (PO): 000A – Remuneração de Serviço do Agente Financeiro do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC. Vale esclarecer que esta ação é composta por 22 (vinte e dois) planos orçamentários, dentre estes o Plano Orçamentário do Fundo

Clima.

Na elaboração do Projeto de Lei de Orçamento – 2015, aprovado pela Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, foi previsto neste PO o valor de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). Em decorrência da publicação do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício 2015 e da Portaria nº 168 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 22 de maio de 2015, que detalhou os limites orçamentários estabelecido pelo mencionado decreto, foi fixado o valor de R\$671.455,00 (seiscentos e setenta e hum mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais), como Limite de Movimentação e Empenho para o Fundo Clima.

ANEXOS

ANEXO 1
QUADRO RESUMO – PAAR 2015
Recursos Não-Reembolsáveis

FUNDO CLIMA - Plano Anual de Aplicação de Recursos – 2015
Recursos Não-Reembolsáveis

ÁREAS	TEMAS	TIPOS DE PROJETOS	DEMANDA DE RECURSOS / LIMITES	CUSTEIO	INVESTIMENTO
Área 1 Desenvolvimento e Difusão Tecnológica	Incentivo à eficiência energética e ao desenvolvimento e aplicação de fontes de energia de menor contribuição para produção de GEE direta ou indiretamente	Promoção de Eficiência Energética e uso sustentável da biomassa pela indústria de cerâmica e gesso no nordeste	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Projetos e Estudos para aproveitamento energético de biogás (aterros sanitários, dejetos da pecuária,) e da energia solar	R\$ 1.488.316,74	R\$ 334.108,48	R\$ 1.154.210,28
Área 2 Práticas adaptativas para desenvolvimento sustentável do semi-árido	Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias para melhor convivência com o semi-árido	Chamadas públicas 01, 02, 03, 04, 08, 09	R\$ 418.787,00	R\$ 418.787,00	R\$ 0,00
Área 4 Adaptação da Sociedade e Ecossistemas	Conservação e restauração de áreas naturais para manutenção e restabelecimento de serviços ecossistêmicos	Serviços Ecossistêmicos: recuperação, proteção e restauração de nascentes e de ambientes naturais que desempenhem função de recarga hídrica e/ou controle de erosão	R\$ 1.064.406,13	R\$ 458.504,13	R\$ 605.902,00
		Conservação Ambiental e prestação de serviços ecossistêmicos na bacia do rio Jacaré-pepira	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias nos biomas brasileiros	Chamadas públicas para cerrado, mata atlântica e amazônia	R\$ 1.888.294,00	R\$ 1.888.294,00	R\$ 0,00
	Componente Adaptação ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima	Construção de Indicadores de vulnerabilidade da população como insumo para elaboração das ações do Plano Nacional de Adaptação	R\$ 1.549.229,90	R\$ 1.549.229,90	R\$ 0,00
	Mapeamento de vulnerabilidades à perda de recursos naturais	Impactos das Mudanças Climáticas Globais sobre os recursos hídricos do bioma cerrado	R\$ 177.000,00	R\$ 177.000,00	R\$ 0,00
Área 5 Monitoramento e Avaliação	Estruturação de Coleta e Bases de Informação	Projetos Estratégicos para Recuperação de Dados Meteorológicos Históricos e medições de GEE	R\$ 987.100,00	R\$ 987.100,00	R\$ 0,00
TOTAL PREVISTO PARA EXECUÇÃO IMEDIATA			R\$ 7.553.113,77	R\$ 5.793.001,49	R\$ 1.760.112,28

ANEXO 2
QUADRO RESUMO – PAAR 2015
Recursos Reembolsáveis

FUNDO CLIMA – Plano Anual de Aplicação de Recursos – 2015

Recursos Reembolsáveis

ÁREAS	SUBPROGRAMAS	TEMAS
Área 1 – Infraestrutura	Subprograma 1 – Mobilidade Urbana	Investimentos em modais de transporte e melhoria da mobilidade urbana
	Subprograma 5 – Resíduos sólidos	sistema de coleta seletiva ou diferenciada de resíduos sólidos, sistemas de triagem de resíduos sólidos, automatizados ou semi-automatizados, tratamento de resíduos orgânicos, à exceção daqueles com geração de energia e remediação de áreas previamente utilizadas para disposição inadequada de resíduos sólidos
Área 2 – Energia Renovável	Subprograma 4 – Energias Renováveis	Desenvolvimento tecnológico de energia solar, eólica, hidráulica, biomassa e dos oceanos, e da cadeia produtiva para a difusão do uso de energia solar e dos oceanos
		geração de energia elétrica e/ou conversão energética a partir da uso de biomassa, incluindo a produção e utilização do biogás para fins energéticos, excetuando-se a incineração de resíduos sólidos urbanos e a cogeração a partir do bagaço de cana-de-açúcar, geração de energia elétrica a partir da energia eólica ou hidráulica, esta até 1 MW, ambas apenas em sistemas isolados, ou a partir da energia solar e dos oceanos
Área 3 – Indústria	Subprograma 6 – Carvão Vegetal	investimentos para a melhoria da eficiência e sustentabilidade da produção de carvão vegetal
	Subprograma 3 – Máquinas e Equipamentos Eficientes	investimento em máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética
Área 4 – Combate à Desertificação	Subprograma 7 – Combate à Desertificação	investimentos públicos e privados em combate à desertificação
Área 5 – Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima	Subprograma 2 – Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima	projetos que aumentem a sustentabilidade das cidades, melhorando sua eficiência global e reduzindo o consumo de energia e de recursos naturais
Área 6 – Florestas Nativas	Subprograma 8 – Florestas Nativas	projetos associados ao manejo florestal sustentável; ao plantio florestal com espécies nativas, incluindo a cadeia de produção; ao beneficiamento; e ao consumo de produtos florestais de origem sustentável; bem como ao desenvolvimento tecnológico destas atividades
Área 7 – Gestão e Serviços de Carbono	Subprograma 9 – Gestão e Serviços de Carbono	projetos que melhorem a gestão de emissões de carbono ou que efetivamente reduzam as emissões de gases de efeito estufa
	Subprograma 10 – Projetos Inovadores	projetos inovadores relacionados aos empreendimentos apoiáveis nos demais subprogramas